

Novo Ensino Médio: desmistificando a tendência contemporânea à guisa de uma revisão sistemática de literatura

Adelcio Machado dos Santos¹, Rosemeire dos Santos Amaral², Arlys Jerônimo de Oliveira Lima Lino Carneiro³, Valmir Messias de Moura Fé⁴, Simone Esteves da Silva⁵, Jelson Budal Schmidt⁶, Jonatas Rodrigues Japiassu dos Santos⁷, Eduardo Ribeiro Gonçalves⁸, Rita Freitas Ribeiro Pessano⁹, Wellington Junior Jorge¹⁰

¹(Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil)

²(Rede de Ensino do Estado da Bahia, Brasil)

³(Secretaria de Educação e Esportes do Estado de Pernambuco, Brasil)

⁴(Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil)

⁵(Universidade Columbia del Paraguay, Paraguai)

⁶(Faculdade Ielusc; Faculdade Guilherme Guimbala, Brasil)

⁷(Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, Brasil)

⁸(Secretaria de Educação do Estado do Tocantins)

⁹(Rede Estadual de Ensino do Rio Grande do Sul, Brasil)

¹⁰(UniCesumar, Brasil; Bolsista ICETI e Membro do Grupo de Pesquisa: Formação Docente e Práticas Pedagógicas e Sistema Constitucional de Garantia dos Direitos da Personalidade)

Resumo:

A História da Educação brasileira, desde seu tempo remoto, aponta eventos que modificaram a sua estrutura em aspectos políticos, sociais, culturais e econômicos. No contexto contemporâneo, se vivencia um cenário político que se utiliza da educação para preparar adolescentes e jovens, exclusivamente, para o mundo do trabalho. O Ensino Médio, enquanto última etapa da Educação Básica, foi alvo de uma reforma que oportuniza aos estudantes a escolha por itinerários formativos, sendo obrigatórias somente os componentes curriculares Língua Portuguesa e Matemática, passando a ter, as escolas e estudantes, autonomia para delinear a área de estudo/itinerários, conforme o perfil da região, estruturação curricular, corpo docente, contando com a participação da comunidade escolar. Este artigo teve por objetivo refletir sobre o Novo Ensino Médio enquanto reforma da Educação Básica contemporânea. O instrumento de coleta e análise de dados parte de uma revisão sistemática de literatura, por meio da coleta de estudos empíricos nas diversas bases de dados científico-acadêmicas, a fim de investigar os apontamentos dos pesquisadores sobre o Novo Ensino Médio. Os resultados apontam que existe um interesse massivo do governo em tornar a educação técnica, favorecendo a inserção dos estudantes no mercado de trabalho. Além disso, a carência das demais disciplinas do currículo escolar pode prejudicar a formação crítica dos indivíduos, visto que, as demais componentes são importantíssimas para uma visão geral de mundo e sociedade, prejudicando o conhecimento interdisciplinar. Outrossim, professores terão de aderir aos subsídios da docência técnica, o que pode romper com diversos pressupostos da educação humanística e plural, o que causará uma nova reforma na docência brasileira, por minimizar muitos dos fundamentos pedagógicos na esfera educacional.

Palavras-chave: Currículo; Reforma Educacional; Tendência; Tecnicismo.

Date of Submission: 28-04-2023

Date of Acceptance: 08-05-2023

I. Introdução

Nos últimos anos, o Brasil e demais países aderiram a uma perspectiva de educação enquanto subsídio de articulação mercantilista, ocasionando uma intensa “perspectiva de produção de recursos (conhecimentos e competências) com eficácia e eficiência. Recursos esses tantos úteis para os indivíduos em termos de inserção profissional quanto para toda a sociedade na competição global” (FERREIRA, 2017, p. 298). E, não foi diferente no passado, em função dos processos industriais, da própria Revolução Industrial que se iniciou no século XVIII, a educação passou a ser vista como um mecanismo de produção de mão de obra. Diversas reformas educacionais e insurgências políticas deram origem a movimentos pedagógicos, tendências, pensamentos, correntes, dentre

outros seguimentos que eram defendidos pela classe dominante, tal como, repreendidos por diversos pesquisadores, teóricos e defensores dos fundamentos pedagógicos.

Em tempos de era digital, da produção agroindustrial, do universo da tecnologia, encontrou-se na educação uma nova estratégia de incentivar jovens para o mundo do trabalho, dos negócios, das vendas, da produção. Com isso, surge a proposta do Novo Ensino Médio enquanto base de escolha de disciplinas escolares, itinerários formativos e formações técnicas que dialogam com a necessidade social atual (COSTA; GIORDANO, 2022). Este fenômeno é intitulado, enquanto reforma da educação contemporânea, pois prioriza o capital, os pressupostos neoliberais, deixando de lado a formação geral interdisciplinar por meio do incremento de direcionamentos técnicos:

[...] as diretivas do Novo Ensino Médio vêm como forma de alinhar as práticas de educação e ensino profissionalizante, a partir de um projeto de vida necessariamente ligadas a um itinerário específico no sistema educacional. Mesmo em meio a alguns desafios, percebe-se grandes perspectivas e oportunidades de aprendizagem. No entanto, não se pode inferir sobre sua efetividade, uma vez que, nesses quatro anos passados desde a aprovação da Lei nº 13.415/2017, a única inovação observada, foi no sentido de promover debates, discussões e um processo de preparação e implementação escalonada como forma de tornar eficaz esse momento de transição. (VALE, 2022, p. 142).

À vista disso, esses embates e contrapontos são alvo de muitas pesquisas científicas, documentários e publicações e precisam ser discutidos e disseminados pela comunidade social e acadêmicas, a fim de que gere embasamento de suas potencialidades e consequências. Por conseguinte, surge o seguinte problema de pesquisa: O que a literatura apresenta sobre os pressupostos do Novo Ensino Médio? A resposta para tal questão não se atenua em um discurso objetivo e concreto, entretanto, objetiva este trabalho refletir sobre o Novo Ensino Médio enquanto reforma da Educação Básica contemporânea.

II. Procedimentos Metodológicos

Este trabalho é delineado conforme uma pesquisa qualitativa, pois não se atenua em dados matemáticos, ou seja, em fins quantitativos, mas caracteriza enquanto uma revisão sistemática da literatura que se concentra em valores subjetivos, em caráter pedagógico, atrelando pressupostos dos pesquisadores que concordam ou apresentam contrariedades frente à temática Novo Ensino Médio. “No caso da pesquisa qualitativa, muitos outros problemas – que na verdade são parte de sua própria contingência e condição – dificultam saber de antemão se as informações recolhidas e as análises elaboradas poderiam ser consideradas válidas e suficientes” (MINAYO, 2012, p. 622).

O estudo parte de uma revisão sistemática de literatura, no intuito de discutir em cunho empírico, resultados de artigos científicos, livros, capítulos de livros e resumos publicados em anais de eventos científicos. Encontrou-se, nesse método, a possibilidade de articular os fundamentos da literatura sob a perspectiva teórica dos autores deste trabalho.

Acerca das revisões sistemáticas de literatura, Galvão e Pereira (2014, p. 183) declaram que:

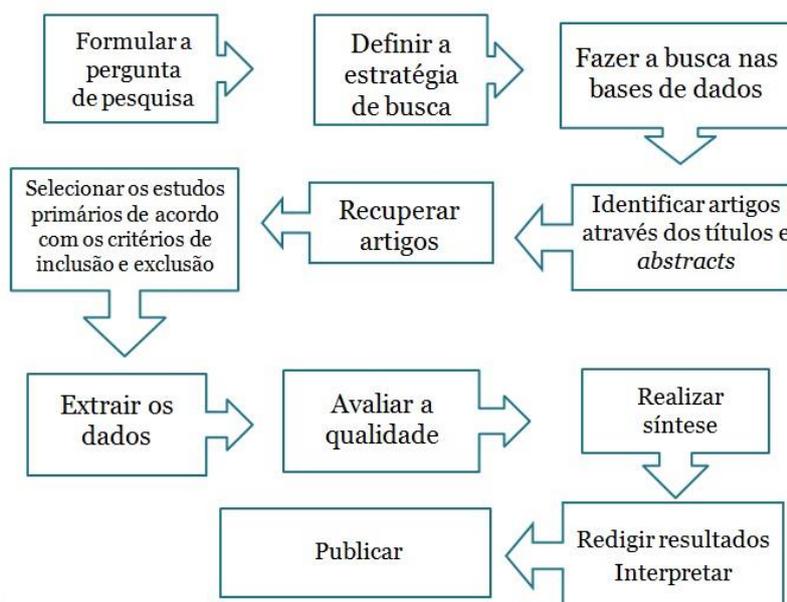
As revisões sistemáticas são consideradas estudos secundários, que têm nos estudos primários sua fonte de dados. Entende-se por estudos primários os artigos científicos que relatam os resultados de pesquisa em primeira mão. São mais frequentes as revisões sistemáticas de ensaios clínicos randomizados. No entanto, há número crescente de revisões preparadas com base em investigações observacionais, como as de corte, de caso-controle, transversal, série e relato de casos.

De acordo com Minayo (2012, p. 622):

Fazer ciência é trabalhar simultaneamente com teoria, método e técnicas, numa perspectiva em que esse tripé se condicione mutuamente: o modo de fazer depende do que o objeto demanda, e a resposta ao objeto depende das perguntas, dos instrumentos e das estratégias utilizadas na coleta dos dados. À trilogia acrescento sempre que a qualidade de uma análise depende também da arte, da experiência e da capacidade de aprofundamento do investigador que dá o tom e o tempero do trabalho que elabora.

Acerca das etapas da revisão sistemática, nos amparamos em Godela (2017), conforme a Figura 1. A partir do problema de pesquisa, utilizou-se os termos descritores “Novo Ensino Médio; Educação; Reforma”, aplicando-os principalmente na base Scientific Electronic Library Online (SCIELO). Os trabalhos duplicados e que não eram pertinentes ao tema foram descartados, bem como, não se considerou um quantitativo específico de artigos para análise, contudo, os dados foram incorporados com materiais de outras bases e textos de eventos, compondo a discussão do artigo.

Figura 1 – Etapas da revisão sistemática de Literatura.



Fonte: Godela (2017).

Neste ínterim, os artigos foram selecionados de acordo com a perspectiva sistemática de cada autor do estudo, direcionando a discussão para um olhar crítico e sensível para a tendência de educação tecnicista almejada pelo Novo Ensino Médio. Por conseguinte, os autores principais que embasam esta pesquisa são: Souza e Silva (2016); Ferreti (2017); Corrêa e Garcia (2018); Riguetti, Castro e Silva (2019).

III. Resultados e Discussão

No Brasil, um dos assuntos mais discutidos no cenário atual, no âmbito da educação, é a reforma do Ensino Médio. Tal reforma se deu a partir da integração de diversas esferas políticas e sociais. Muitos são os embates sobre aspectos que permeiam a estruturação do currículo escolar, a gestão e a formação dos professores. Dentre tais mudanças, o Novo Ensino Médio prevê o aumento da carga horária, a inserção efetiva da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), tal como, a escolha de itinerários formativos. Destaca-se que, uma reforma de tal dimensão como esta pode causar prejuízos para os estudantes pois, muitas das vezes, não contempla entidades de educação, pesquisadores, estudantes, professores, gestores, contrariando os pressupostos democráticos da educação (SILVA, 2022).

É preciso refletir ainda que, a reforma traz uma falsa liberdade de escolha do aluno, haja vista que essa liberdade está intrínseca à oferta da instituição e partindo do pressuposto de que a escola não ofereça o curso desejado será necessário o deslocamento do educando para outra cidade, restringindo o direito assegurado pela Lei. É inquestionável a necessidade de uma reforma não apenas no ensino médio, mas uma reestruturação em todo o sistema educacional. [...] será preciso estudos futuros mais aprofundados em relação ao tema abordado neste artigo, dado que ainda não se efetivou a implementação da reforma nas instituições de ensino, tampouco ocorreram efeitos provenientes da mesma. (LUZ et al., 2018, p. 5).

Neste sentido, a política educacional busca articular a urgência da qualificação profissional frente à formação para o mercado de trabalho. As novas exigências e demandas de trabalho do século XXI insurgem a prioridade em capacitar indivíduos para o mercado de trabalho, papel destinado ao Novo Ensino Médio que busca adequar essas novas exigências em atenção para o mundo do trabalho, o mundo do capital. O governo brasileiro, então, visa legitimar estes discursos e fundamentos no que tange ao desenvolvimento de práticas educacionais. Desde os fundamentos históricos da escolarização no Brasil, é fruto de caminhos que disparam para a educação geral e a educação específica. Assim sendo, a dualidade no sistema educacional, representa a distribuição desigual, refletindo a sociedade de classes. Nesses últimos anos/décadas, as discussões circulam sobre o Novo Ensino Médio enquanto disputa de hegemonia e interesses políticos tecnicistas (SILVA; FERRETI, 2017).

Por um lado, um dos desafios atuais para a escola é acompanhar as alterações que a sociedade do conhecimento tecnológico promove no cotidiano e na vida dos jovens, que estão desestimulados com o ensino tradicional. Por outro lado, a escola atual continua com uma estrutura precária, com professores mal remunerados e que têm uma formação tanto inicial como continuada insuficiente para dar conta de tantos desafios que a sociedade demanda. (MENDONÁ; FIALHO, 2020, p. 13).

Este processo de reformas, adaptações curriculares se materializa por ações efetivas que interferem, diretamente, na gestão e no currículo. O Ministério da Educação (MEC) tem aprovado reformas que são apresentadas como soluções para problemas, como a Reforma do Ensino Médio, sancionada pela Lei 13.415/2017. Além disso, em termos de currículo, destaca-se a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento orientador de competências e habilidades a serem desenvolvidas no estudante da Educação Básica (BRASIL, 2017; MARTINS; SANTOS, 2021).

[...] a Lei 13.415/17 aproxima o Novo Ensino Médio da concepção de educação bancária, marcada pela transmissão de conteúdos que reificam os sujeitos e impedem que eles atuem criticamente sobre suas realidades, transformando-a e se transformando. É fundamental destacarmos que a educação, em todas suas etapas e segmentos, deve garantir que educadores e educandos, por meio de um diálogo verdadeiro, se posicionem criticamente no mundo e, agindo sobre ele, se construam como seres humanos. (COSTA; GIORDANO, 2022, p. 171).

Diante de tais mudanças no Ensino Médio, o Ministério Público e da Educação recebeu diversas manifestações da comunidade acadêmica, seja por especialistas da área, alunos secundaristas, escolas, professores e pesquisadores. Ressalta-se que, ocorreram tanto manifestações contra e a favor, visto que, aos poucos os debates foram conquistando a participação dos que eram favoráveis às propostas do governo, tal como, o interesse de opinião e expressão dos contrários (CORRÊA; GARCIA, 2018).

Em função das polêmicas que se desencadearam a partir dos movimentos insurgentes ao Novo Ensino Médio, o governo oportunizou divulgações por meio de propagandas de TV, rádio e internet. O objetivo foi sensibilizar e chamar a atenção da população e da comunidade escolar e acadêmica para as potencialidades da tendência à guisa da legislação (CORRÊA; GARCIA, 2018).

De acordo com o MEC, os itinerários formativos são o conjunto de disciplinas, projetos e oficinas que os estudantes têm liberdade para escolher no Ensino Médio. A proposta dos itinerários é que o estudante estude de forma aprofundada na área de conhecimento de seu interesse (Matemáticas e suas Tecnologias, Linguagens e suas Tecnologias, Ciências da Natureza e suas Tecnologias e Ciências Humanas e Sociais Aplicadas). Além disso, a tendência prevê a escolha do estudante para uma formação técnica, visando ascensão profissional. Assim sendo, as redes de ensino terão autonomia para definir seus itinerários formativos a partir da participação da comunidade (BRASIL, 2018a).

A legislação ora proposta parece ignorar que a divisão das atuais matrizes curriculares em um núcleo comum e uma parte diversificada, tendo em vista o atendimento a demandas locais por parte das escolas, devidas à extensão e diversidade cultural do país, já se constitui, em certo sentido, numa forma de flexibilização, aceita e praticada pelas escolas brasileiras desde a década de 1980, a qual não priva os estudantes do acesso ao conjunto de conhecimentos ofertados a partir de vários campos do conhecimento historicamente produzido. (FERRETTI, 2018, p. 27).

De acordo com Weinheimer e Wanderer (2021) as discussões acerca do Ensino Médio têm causado intensa repercussão, abrangendo diversas nuances e perspectivas teóricas, tais como: legislações, documentos norteadores do currículo, políticas educacionais/públicas, entrevistas com gestores, dentre outras ações. Os resultados da pesquisa bibliográfica dos autores supracitados apontam que na busca pela tecnização dos jovens, estes passam a ser responsáveis pelo seu sucesso ou fracasso, pois as lógicas neoliberais centram-se na concorrência, no sucesso, na autopromoção, no aperfeiçoamento. Neste sentido, o sistema induz a formação de alunos empresários, alunos com foco no trabalho, a perseverança pela conquista dos melhores resultados em fins econômicos.

[...] o foco no desenvolvimento de competências tem orientado a maioria dos Estados e Municípios brasileiros e diferentes países na construção de seus currículos. É esse também o enfoque adotado nas avaliações internacionais da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que coordena o Programa Internacional de Avaliação de Alunos (Pisa, na sigla em inglês), e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco, na sigla em inglês), que instituiu o Laboratório Latino-americano de Avaliação da Qualidade da Educação para a América Latina (LLECE, na sigla em espanhol). Ao adotar esse enfoque, a BNCC indica que as decisões pedagógicas devem estar orientadas para o desenvolvimento de competências. (BRASIL, 2018a, p. 13).

No caso brasileiro, outra particularidade importante diz respeito a tamanho, heterogeneidade e desigualdade do país. Como aponta a literatura, essas características geram um ambiente de produção de políticas públicas em que se faz necessário um equilíbrio entre o grau de ambiguidade e o grau de coordenação. Por um lado, a alta descentralização – resultado da ambiguidade e baixa coordenação – pode gerar aumento de desigualdades. Por outro, a ambiguidade permite produzir experiências inovadoras, importantes para gerar efetividade em nível local. (LOTTA et al., 2021, p. 400).

O processo de tecnização do Novo Ensino Médio pauta a obrigatoriedade das disciplinas de Língua Portuguesa e Matemática (SILVA, 2017). Torna-se intrinsecamente difícil refletir sobre tal questão, pois as carências da rede pública de ensino nacional e os baixos investimentos da formação de professores não dialogam

com o foco de uma educação para o mercado de trabalho, no entanto, esta tendência aplicada enquanto reforma, apresenta os interesses do aumento na produtividade em escala técnica no país.

Por mais que se tenha argumentado sobre a necessidade do desenvolvimento de competências flexíveis, essa prescrição não escapou a uma abordagem condutivista do comportamento humano e funcionalista de sociedade, reproduzindo-se os objetivos operacionais do ensino coerentes com os padrões taylorista-fordistas de produção. (CIAVATTA; RAMOS, 2011, p. 30).

No Brasil, o Ensino Médio é responsabilidade de cada estado, sendo que a definição ampla de sua estrutura, de sua organização curricular define-se a partir de políticas públicas em âmbito nacional, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e outras políticas educacionais. Não obstante, as legislações em esfera educacional atendem o interesse de diversas tendências políticas e sociais, como a esfera tecnicista. Ainda que os respaldos do Novo Ensino Médio sejam alvos de críticas por alguns pesquisadores, docentes e gestores, muitos também se interessam em seus fundamentos no âmbito político-social (FERRETTI, 2018).

Quando o propósito é preparar todos os estudantes para entrar na universidade, a escola depara-se com uma tarefa complexa. Deve mirar múltiplos alvos, pois os cursos de nível superior, assim como os vestibulares ou testes seletivos, variam demasiadamente. Isso traz à tona a questão de como estabelecer um currículo que responda ao mundo universitário, com padrões e exigências tão diversos. Disso decorrem as disfunções características desse modelo de ensino médio, como o excessivo número de matérias, em áreas diferentes, que todos devem aprender. Sobrecarga, desestímulo e estresse são alguns efeitos gerados nos estudantes (CODES; FONSECA; ARAUJO, 2021, p. 10).

O direcionamento nas componentes Língua Portuguesa e Matemática pode ofuscar ou deixar totalmente em segundo plano as demais disciplinas que outrora estavam presentes no currículo escolar, tão quão importantes para a formação de um cidadão crítico, visto que precisam dialogar com a interdisciplinaridade, contextualização cultural e humanística, tal como, progressões em nível conceitual (SOUZA; SILVA, 2016; RIGUETTI; CASTRO; SILVA, 2019).

Os docentes tendem a se adaptar aos cursos técnicos e profissionalizantes e a formação técnica possui uma abordagem diferente do contexto pedagógico desenvolvido no ambiente escolar regular, lançando-se à busca pela contratação de profissionais docentes que atuem enquanto formadores “técnicos”, não só podendo prejudicar e precarizar o trabalho docente, como causar uma reforma em didática e metodologias de ensino que fogem dos fundamentos da educação, mas abarcam os fundamentos tecnicistas (SOUZA; SILVA, 2016; RIGUETTI; CASTRO; SILVA, 2019).

IV. Considerações Finais

A revolução industrial a partir do século XVIII revolucionou o cenário de produção da época, inferindo em situações que se aplicam aos dias atuais. Em tempos de século XXI, a tecnologia em redes cada vez mais incorporando a sociedade, a globalização trazendo novas tendências, despertam o interesse político-social em investir na educação novas formas de preparar os indivíduos para a demanda do trabalho social eminente.

Neste sentido, o Novo Ensino Médio surgiu enquanto proposta de reforma da Educação Básica brasileira, a fim de tornar esta etapa uma ligação com o mundo do trabalho. Em suma, utilizar da educação para formar indivíduos para ocupar cargos de trabalho, aumentando os níveis de produção econômica se assimilam, diretamente, com os fundamentos da educação tecnicista, tendência muito criticada no passado e que, atualmente, vem sendo associada com o Novo Ensino Médio.

O estudo revelou que esta reforma na educação pode ser preocupante, por cadastrar professores que estejam delineados com os fundamentos técnicos, o que descentraliza os pressupostos teóricos e pedagógicos da educação. Além disso, ressalta-se que o interesse dos grandes políticos e de setores dominantes é que a educação seja o caminho para o mercado de trabalho. Outrossim, muitas escolhas e, estudantes não possuem um direcionamento na escolha dos itinerários formativos, tal como, estes reflexos podem escantear as demais disciplinas tão importantes para a formação crítica e cidadã, pois o foco desta tendência tem por obrigatoriedade apenas o estudo de base em Língua Portuguesa e Matemática.

Referências

- [1]. BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei nº 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei nº 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Diário Oficial da União, Brasília, 17 de fevereiro de 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm#art5. Acesso em: 27 abr. 2023.
- [2]. BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília-DF, 2018b. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>. Acesso em: 20 abr. 2023.
- [3]. BRASIL. Ministério da Educação. Novo Ensino Médio - perguntas e respostas. Brasília-DF, 2018a. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361>. Acesso em: 20 abr. 2023.

- [4]. CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise. Ensino Médio e Educação Profissional no Brasil: dualidade e fragmentação. *Retratos da Escola*, v. 5, n. 8, p. 27-41, jan./jun. 2011. Disponível em: <http://www.esforce.org.br>. Acesso em: 20 abr. 2023.
- [5]. CODES, Ana Luiza Machado de; FONSECA, Sérgio Luiz Doscher; ARAÚJO, Herton Ellery. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2021.
- [6]. CORRÊA, Shirlei de Souza; GARCIA, Sandra Regina de Oliveira. “Novo Ensino Médio: quem conhece aprova!” aprova? *Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação*, Araraquara, v. 13, n. 2, p. 604-622, abr./jun., 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/download/11469/7359/32519>. Acesso em: 20 abr. 2023.
- [7]. COSTA, Antonio de Pádua Oliveira; GIORDANO, Daniele Xavier Ferreira. O Novo Ensino Médio: reflexões a partir da perspectiva freireana. In: *Anais do III Colóquios de Política e Gestão da Educação*, n.3, p.161-172, 2022. Disponível em: <https://www.anaiscpge.ufscar.br/index.php/CPGE/article/download/1036/1240/3969>. Acesso em: 20 abr. 2023.
- [8]. FERREIRA, Eliza B. A contrarreforma do ensino médio no contexto da nova ordem e progresso. *Educ. Soc.*, Campina, jun. 2017. n. 139. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/cLyHwCQFR8r97gxFCJicGHM/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em 26 fev. 2023.
- [9]. FERRETTI, Celso João. A reforma do Ensino Médio e sua questionável concepção de qualidade da educação. *Estudos Avançados*, v. 32, n. 93, p. 25–42, maio., 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/RKF694QXnBFGgJ78s8Pmp5x/?lang=pt#>. Acesso em: 20 abr. 2023.
- [10]. GALVAO, Taís Freire; PEREIRA, Mauricio Gomes. Revisões sistemáticas da literatura: passos para sua elaboração. *Epidemiol. Serv. Saúde*, Brasília, v. 23, n. 1, p. 183-184, mar. 2014. Disponível em: http://scielo.iec.gov.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1679-49742014000100018. Acesso em: 27 abr. 2023.
- [11]. GODELA. Revisão Sistemática. Publicação de 2017. Disponível em: <https://www.godela.com.br/noticia/1530/revisao-sistematica/>. Acesso em: 27 abr. 2023.
- [12]. LOTTA, Gabriela Spanghero et al. Efeito de mudanças no contexto de implementação de uma política multinível: análise do caso da Reforma do Ensino Médio no Brasil. *Revista de Administração Pública*, v. 55, n. 2, p. 395–413, mar. 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/kg3BXvSKdznWmVQcFBQqNGg/abstract/?lang=pt#ModalHowcite> Acesso em 04/02/2022.
- [13]. LUZ, Samuel do Nascimento Cândido et al. Reforma do Ensino Médio: contexto, caracterização e contrassensos. In: *V Congresso Internacional das Licenciaturas. COINTER - PDVL*, 2018. Disponível em: <https://cointer.institutoidv.org/inscricao/pdvl/uploadsAnais/REFORMA-DO-ENSINO-M%3%89DIO-CONTEXTO,-CARACTERIZA%3%87%C3%83O.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.
- [14]. MARTINS, Suely Aparecida; SANTOS, Franciele Soares dos. Novo Ensino Médio: consequências e perspectivas para a formação dos jovens. *Revista Pedagógica*, v. 23, p. 1-27, 2021. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/pedagogica/article/view/5786>. Acesso em: 20 abr. 2023.
- [15]. MENDONCA, Samuel; FIALHO, Wanessa Cristiane Gonçalves. Reforma do Ensino Médio: velhos problemas e novas alterações. *Educ. Puc.*, Campinas, v. 25, e204626, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-39932020000100206&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 abr. 2023.
- [16]. MINAYO, Maria Cecília de Souza. Análise qualitativa: teoria, passos e fidedignidade. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 17, n. 3, p. 621–626, mar. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/39YW8sMQhNzG5NmpGBtNMf/abstract/?lang=pt#ModalHowcite>. Acesso em: 27 abr. 2023.
- [17]. RIGUETTI, Matheus Augusto Moreira; CASTRO, Victória Caroline de; SILVA, Rogério de Souza. O novo ensino médio como ferramenta reprodutora do capital cultural. *Scientia Vitae*, v. 7, n. 24, 2019. Disponível em: <http://www.revistaifpsr.com/v7n24p01a09.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2023.
- [18]. SILVA, Edna Maria Lopes da. O Novo Ensino Médio: impactos na escolarização da juventude brasileira. In: *VII Congresso Nacional de Educação. VII CONEDU*, 2022. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/81619>. Acesso em: 20 abr. 2023.
- [19]. SILVA, Mônica Ribeiro. Projetos de reformulação do ensino médio e inter-relações com a educação profissional: (im)possibilidades do ensino médio integrado. In: ARAÚJO, Adilson Cesar. e SILVA, Claudio Nei Nascimento. (Orgs.). *Ensino médio integrado no Brasil: fundamentos, práticas e desafios*. Brasília: Ed. IFB, 2017.
- [20]. SOUZA, Agnes Cruz de; SILVA, Rogério de Souza. A reforma do ensino médio e os divergentes projetos empresariais. *Cooperação Online*, v. 12, 2016.
- [21]. VALE, Nanci Pinto do. Novo Ensino Médio: reflexões, expectativas, desafios e oportunidades. *Scientia Generalis*, [S. l.], v. 3, n. 1, p. 134–143, 2022. Disponível em: <https://scientiageneralis.com.br/index.php/SG/article/view/392>. Acesso em: 20 abr. 2023.
- [22]. WEINHEIMER, Gicele; WANDERER, Fernanda. O (Novo) Ensino Médio na visão dos alunos: rastros da racionalidade neoliberal. *Revista Praxis Educacional*, v. 17, n. 48, p. 517-535, OUT./DEZ. | 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/praxis/article/view/9086/6208>. Acesso em: 20 abr. 2023.